



**Faculdade de Ciências da Educação e Saúde
CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASÍLIA
MEDICINA**

Juliana Borba Fernandes

**TRANSTORNOS DE PERSONALIDADE DO GRUPO B E A IMPUTABILIDADE
PENAL.**

Monografia

**Brasília
2020**

Juliana Borba Fernandes

**TRANSTORNOS DE PERSONALIDADE DO GRUPO B E A IMPUTABILIDADE
PENAL.**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e saúde como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Medicina.

Orientador: Allan Eurípedes Rezende Napoli

**Brasília
2020**

JULIANA BORBA FERNANDES

**TRANSTORNOS DE PERSONALIDADE E A IMPUTABILIDADE
PENAL**

Monografia apresentada à Faculdade
de Ciências da Educação e Saúde
para obtenção do grau de bacharel
em Medicina. Orientador: Prof. Allan
Eurípedes Rezende Napoli.

Brasília, _____ de _____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Allan Eurípedes Rezende Napoli.

Dr. Lucas Silveira Benevides.

Dra. Eliana Mendonça Vilar Trindade.

**Brasília
2020**

Dedico a Deus por me estar sempre iluminando minha caminhada e me protegendo.

Dedico este projeto à minha mãe, Rosemary, ao meu pai, Adalberto, ao meu irmão, Rafael e a toda minha família e amigos que sempre estiveram presentes direta ou indiretamente em todos os momentos de minha formação.

Ao meu amor, Mateus, por sempre estar ao meu lado nos momentos mais difíceis desse trabalho.

A todos os meus professores da graduação, que foram de fundamental importância na construção da minha vida profissional.

Em especial, ao professor Allan e à professora Eliana pela sua paciência conselhos e ensinamentos que foram essenciais para o desenvolvimento do TCC.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus, por estar sempre protegendo, guiando e iluminando minha caminhada. Sem Ele, eu nada seria.

À minha mãe, Rosemary, ao meu pai, Adalberto, e ao meu irmão, Rafinha, pelas risadas, carinho, paciência, amorosidade e companheirismo durante minha vida toda e aos momentos em família que jamais esquecerei.

Ao meu amor, Mateus, que vem trazendo muita felicidade e alegria aos meus dias. Por todo suporte, companheirismo, risadas e amorosidade.

As preciosas amigas que construí nesses seis anos de faculdade, em especial às minhas grandes amigas Aika Andrade, Isabela Quetz, Marília Rosa, Silvia Bialeski pela compreensão, carinho e paciência nas horas que mais precisei.

Ao Dr. Allan Eurípedes Rezende Napoli pela colaboração, incentivo e disponibilidade para este trabalho.

Aos meus avôs Jacira Maria, Alberto Fernandes e Maria Helena, pela base familiar que eles me proporcionaram.

Aos meus tios, Andreia e Mardônio, aos meus primos, Fabricio e Murillo que me forneceram bons momentos nesses anos de faculdade.

“Basta um dia ruim, para tornar o mais são dos homens, um lunático.” (CORINGA, 2019).

Resumo

A alta prevalência no mundo de transtornos e perturbações mentais, que podem influenciar na capacidade de discernimento e autocontrole, estimulou o aumento do número de pesquisas e estudos relacionados ao tema. Entretanto, observa-se uma lacuna de estudos conclusivos diante de sua complexidade e relevância. O objetivo deste trabalho foi analisar, de forma crítica, a correlação existente entre os transtornos de personalidade do grupo B e a criminalidade, à luz da legislação e da Psiquiatria Forense. Quanto à metodologia, foi realizada uma revisão bibliográfica assistemática da literatura sobre o tema “Transtornos de personalidade do grupo B e a imputabilidade penal”, por meio de busca eletrônica de livros e artigos dos últimos cinco anos, estabelecida na base de dados PubMed (National Library of Medicine and National Institute of Health), Scielo (Scientific Eletronic Library Online), Lilacs (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e Google Acadêmico em português, inglês e espanhol, além de consulta ao do Código Penal Brasileiro e ao Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5). Os descritores utilizados foram: transtornos de personalidade, Psiquiatria Forense, imputabilidade e saúde mental. Como resultado da busca bibliográfica, foram encontrados 48 artigos que contemplaram o nosso objeto de revisão neste estudo de caráter exploratório. A discussão dos resultados nos permitiu uma reflexão aprofundada sobre três grandes subitens: a relevância da Psiquiatria Forense no fornecimento de subsídios à Justiça, a interface entre a Medicina e o Direito, com considerações acerca da imputabilidade, e a relação entre os transtornos de personalidade do grupo B e a criminalidade. Foi observado, no presente trabalho, que a minoria dos autores considera os portadores de transtornos de personalidade como inimputáveis. A maioria considera mais sensato classificá-los como semi-imputáveis, pois, apesar de terem sua capacidade de discernimento preservada, não conseguem adequar sua conduta, uma vez que lhes faltam as capacidades de autodeterminação e autocontrole. Essa revisão bibliográfica demonstrou que, no campo da responsabilidade penal dos portadores de transtornos do grupo B, estudos adicionais precisam ainda ser realizados, uma vez que não há consenso sobre o tema, tornando extremamente desafiadora para a Justiça, a Psiquiatria e a sociedade a emissão de sentenças para esses infratores, com a aplicação das medidas correcionais adequadas a cada caso. É relevante, conforme indicou a literatura, avaliar o tipo de transtorno, a estrutura de personalidade subjacente, a singularidade da história do indivíduo e das nuances do contexto sócio-histórico, evidenciando que a análise psicológica do infrator, na busca da mais justa sentença, deve ser particularizada, haja vista o caráter multifatorial da gênese do ato delituoso.

Palavras-chave: 1. Transtornos de personalidade. 2. Imputabilidade. 3. Psiquiatria forense. 4. Saúde mental. 5. Criminalidade.

Abstract

The high prevalence in the world of mental disorders and mental disturbances, which can influence the capacity of discernment and self-control, has stimulated an increase in the number of researches and studies related to the subject. However, there is a gap in conclusive studies due to their complexity and relevance. The objective of this work was to critically analyze the correlation between group B personality disorders and criminality, in light of legislation and Forensic Psychiatry. As for the methodology, an assistematic bibliographic review of the literature on “Group B personality disorders and criminal imputability” was carried out, through an electronic search of books and articles from the last five years, established in the PubMed (National Library of Medicine and National Institute of Health) database, Scielo (Scientific Eletronic Library Online), Lilacs (Latin American and Caribbean Health Sciences Literature) and Google Academic in Portuguese, English and Spanish, in addition to the Brazilian Penal Code and the Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5). The descriptors used were personality disorders, forensic psychiatry, imputability, mental health. As a result of the bibliographic search, 48 articles were found that contemplated our subject of review in this exploratory study. The discussion of the results allowed us to reflect in depth on three major sub-items: the relevance of Forensic Psychiatry in providing subsidies to Justice, the interface between Medicine and Law, with considerations about imputability, and the relationship between group B personality disorders and criminality. It was observed, in the present work, that the minority of authors consider the carriers of personality disorders as unimputable. Most consider it wiser to classify them as semi-imputable because, despite having their capacity of discernment preserved, they are unable to adjust their conduct, since they lack the capacities of self-determination and self-control. This bibliographic review demonstrated that, in the field of criminal responsibility of group B sufferers, additional studies still need to be carried out, since there is no consensus on the subject, making it extremely challenging for Justice, Psychiatry and society to issue sentences to these offenders, with the application of corrective measures appropriate to each case. It is relevant, as the literature has indicated, to evaluate the type of disorder, the underlying personality structure, the uniqueness of the individual's history and the nuances of the socio-historical context, evidencing that the psychological analysis of the offender, in the search for the most just sentence, must be particularized, given the multifactorial character of the genesis of the criminal act.

Palavras-chave: 1. Personality disorders. 2. Imputability. 3. Forensic psychiatry. 4. Mental health. 5. Crime.

Lista de ilustrações

Figura 1 – Fluxograma elaborado pela autora	17
---	----

Lista de tabelas

Tabela 1 – Quadro 1 – Resumo das referências utilizadas na construção do trabalho	38
Tabela 2 – Quadro 2 – Tabela com cada critério diagnóstico dos transtornos de personalidade do grupo B, de acordo com o DSM-V.	57

Sumário

1	Introdução	12
1.1	Objetivo	14
1.2	Objetivos específicos	14
2	Materiais e Métodos	15
3	Resultados e Discussão	16
3.1	Resultados	16
3.2	Discussão	19
3.2.1	Relevância da psiquiatria forense no fornecimento de subsídios para a justiça.	19
3.2.2	Interface entre medicina e direito: considerações acerca da imputabilidade	20
3.2.2.1	Culpabilidade	20
3.2.2.1.1	<i>Potencial consciência da ilicitude</i>	21
3.2.2.1.2	<i>Exigibilidade de conduta diversa</i>	21
3.2.2.1.3	<i>Imputabilidade</i>	22
3.2.2.2	Semi-imputabilidade	22
3.2.2.3	Inimputabilidade	22
3.2.2.4	Sanções penais	22
3.2.2.4.1	<i>Sanções penais e os transtornos de personalidade.</i>	23
3.2.3	Transtornos de personalidade do grupo B e criminalidade.	24
3.2.3.1	Transtorno de personalidade antissocial.	24
3.2.3.2	Transtorno de personalidade borderline.	26
3.2.3.3	Transtorno de personalidade histriônico.	27
3.2.3.4	Transtorno de personalidade narcisista.	27
4	Conclusão	29
	Referências	31
	ANEXOS	37

1 Introdução

A alta prevalência no mundo de transtornos e perturbações mentais, que podem influenciar na capacidade de discernimento e autocontrole, estimulou o aumento do número de pesquisas e estudos relacionados ao tema (MURCHO; PACHECO; JESUS, 2016; GOMES *et al.*, 2020). Ainda há uma grande discussão na literatura especializada sobre a imputabilidade das pessoas com transtornos de personalidade e para atenuar esta discussão, alguns autores sugerem classificá-los como semi-imputáveis (RIBEIRO; SÉRGIO SARDINHA; LEMOS, 2019; DURAN; BORGES; GOUVEIA, 2017).

Acerca da imputabilidade, vamos buscar na Psiquiatria Forense referências para o enriquecimento dessa discussão. A Psiquiatria Forense é a especialidade médica que faz a conexão entre a Medicina e o Direito. Nessa intersecção, a Medicina fornece subsídios para a Justiça, a fim de que ela tome as suas decisões (ANDRADE, J.M.C.; FANTINI, L., 2018).

Toda perturbação do estado mental que possa levar a um ato criminoso interessa ao Direito Penal (ABDALLA-FILHO; CHALUB; TELLES, 2015). Uma das abrangências da Psiquiatria Forense é averiguar se, em decorrência do transtorno mental, o autor de determinado delito teve sua capacidade de autodeterminação e entendimento afetada no momento da ação (SILVA; GARCIA, 2019).

Este trabalho visa a explicar a relação dos portadores de transtornos de personalidade do grupo B com a criminalidade, buscando subsídios para averiguar se, em decorrência do transtorno, o paciente pôde ter sua imputabilidade penal alterada. Mostrará a importância do psiquiatra forense como aliado da Justiça para determinar o destino do autor; levantará a discussão sobre a fragilidade do sistema de saúde e das penitenciárias brasileiras em receber pessoas com dado transtorno.

A Psiquiatria Forense é uma subespecialidade da Psiquiatria que presta informações à Justiça sobre o estado mental do paciente que praticou algum ato contrário à lei, estabelecendo um elo entre a Medicina e o Direito (XAVIER; MOREIRA, 2016). Espera-se do psiquiatra forense a imparcialidade e a habilidade de traduzir, de maneira clara e acessível, os conceitos médicos e, conseqüentemente, o diagnóstico dos transtornos (SILVA; GARCIA, 2019; PALOMBA, 2017). Existem duas categorias de psiquiatra forense: o perito e o assistente técnico. O perito é solicitado pelo juiz para escrever o laudo pericial, enquanto o assistente técnico é contratado pela parte julgada para a elaboração do parecer (PALOMBA, 2017; NASCIMENTO *et al.*, 2019).

Com base nessa interface entre o sistema de saúde e o jurídico, é fundamental buscarmos o conhecimento mais aprofundado da legislação. O Código Penal Brasileiro engloba os termos “doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado” e “perturbação de saúde mental” em um mesmo artigo, para abordar todo grau e forma de perturbação do estado mental que possam interferir na capacidade de entendimento

ou autodeterminação no momento de uma infração ou omissão (BRASIL, 1940).

Em relação aos estados de perturbação da saúde mental, na presente monografia, serão explanados os transtornos de personalidade do grupo B. Para entender o que são os transtornos de personalidade, vamos começar definindo a personalidade, que é um conjunto de características individuais que determinam um padrão persistente de emoções, pensamentos e comportamentos (MAZER; MACEDO; JURUENA, 2017; DSM-V, 2014).

Os traços de personalidade, padrões característicos e habituais de comportamento, pensamento e sentimento, influenciam nos aspectos individual, interpessoal e social de uma pessoa; essa influência não chega a causar prejuízo e sofrimento, como nos casos dos transtornos, porém causam consequências, uma vez que suas características se relacionam ao nível de felicidade, saúde, espiritualidade, identidade, qualidade das relações interpessoais, escolha e desempenho profissional de uma pessoa (MAZER; MACEDO; JURUENA, 2017; DSM-V, 2014).

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da 5ª Edição (DSM-V), os pacientes portadores de transtornos de personalidade possuem um padrão persistente de experiência interna e comportamento, que se desvia do que é esperado pela sociedade, trazendo sofrimento e prejuízo (DSM-V, 2014). Esse padrão na forma de pensar, sentir, agir e se relacionar se inicia na adolescência ou nos primeiros anos da vida adulta e acompanha o paciente ao longo da vida (MAZER; MACEDO; JURUENA, 2017).

Pessoas com transtornos de personalidade não são consideradas como doentes mentais, mas também não são consideradas totalmente sãs, pela falta de capacidade de autodeterminação (MUCCELIN, 2019; LAURENTINO; ALVES; GUALBERTO, 2020). Esses indivíduos apresentam limitações intrínsecas, que se diferenciam da expectativa de sua cultura, dificultando seu convívio social e trazendo prejuízo pessoal (LAURENTINO; ALVES; GUALBERTO, 2020; MAZER; MACEDO; JURUENA, 2017).

Na literatura, há uma forte relação entre o transtorno de personalidade antissocial e o desvio de conduta (MITJAVILA; MATHES, 2012), porém ainda há uma lacuna teórica sobre os outros transtornos do grupo B e a criminalidade, o que será abordado no presente trabalho. Por serem agrupados no mesmo grupo de divisão do DSM-V e por serem classificados como indivíduos dramáticos, emotivos ou erráticos, serão explanadas as características de cada transtorno de personalidade do grupo B que podem levar a um desvio de conduta (DSM-V, 2014).

De acordo com o Código Penal Brasileiro, há duas espécies de sanção penal: a pena e a medida de segurança (CAMARGO *et al.*, 2018). Aos semi-imputáveis pode ser aplicada a pena com redução da sentença (Art. 26) ou medida de segurança. Aos imputáveis é imposta a pena e, aos inimputáveis, a medida de segurança (BARBOSA, 2016). A pena tem um caráter retributivo-punitivo baseado na culpabilidade, já a medida

de segurança tem finalidade curativa-preventiva, conforme a periculosidade (FREIRE, 2016).

Apesar desses dois segmentos possíveis, pena ou medida de segurança, ambos apresentam dificuldades e limitações em sua aplicabilidade aos autores de infrações que são portadores de transtornos de personalidade. Ainda há dificuldade do sistema de saúde e penitenciário no atendimento a esses pacientes (FREIRE, 2016).

Este trabalho foi desenvolvido com base nas seguintes perguntas: Pessoas com transtornos de personalidade podem ter sua imputabilidade alterada em decorrência do transtorno ? Existe uma correlação dos transtornos de personalidade do grupo B com a criminalidade? Após a aplicação das sanções penais há um seguimento e tratamento adequado aos portadores desse transtorno?

1.1 Objetivo

Analisar de forma crítica, a correlação existente entre os transtornos de personalidade do grupo B e criminalidade, à luz da legislação e da psiquiatria forense.

1.2 Objetivos específicos

- 1) Analisar, através de pesquisa bibliográfica, as possíveis causas que podem afetar a capacidade de auto entendimento e autodeterminação.
- 2) Averiguar se os transtornos de personalidade podem influenciar na capacidade de discernimento e autodeterminação.
- 3) Estudar a correlação dos transtornos de personalidade do grupo b com a criminalidade.
- 4) Analisar a importância do perito nas decisões judiciais.

2 Materiais e Métodos

Trata-se de revisão bibliográfica assistemática da literatura sobre o tema transtornos de personalidade do grupo B e a imputabilidade penal através de busca eletrônica de livros e artigos, dos últimos 5 anos estabelecido na base de dados PubMed (National Library of Medicine and National Institute of Health), Scielo (Scientific Eletronic Library Online), Lilacs (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e Google Acadêmico, em português, inglês e espanhol, além de abordagem do Código Penal Brasileiro e dos critérios do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5). Como critérios de exclusão não foram utilizados referenciais anteriores ao período de 5 anos estabelecido. Os descritores utilizados foram transtornos de personalidade, psiquiatria forense, imputabilidade, saúde mental.

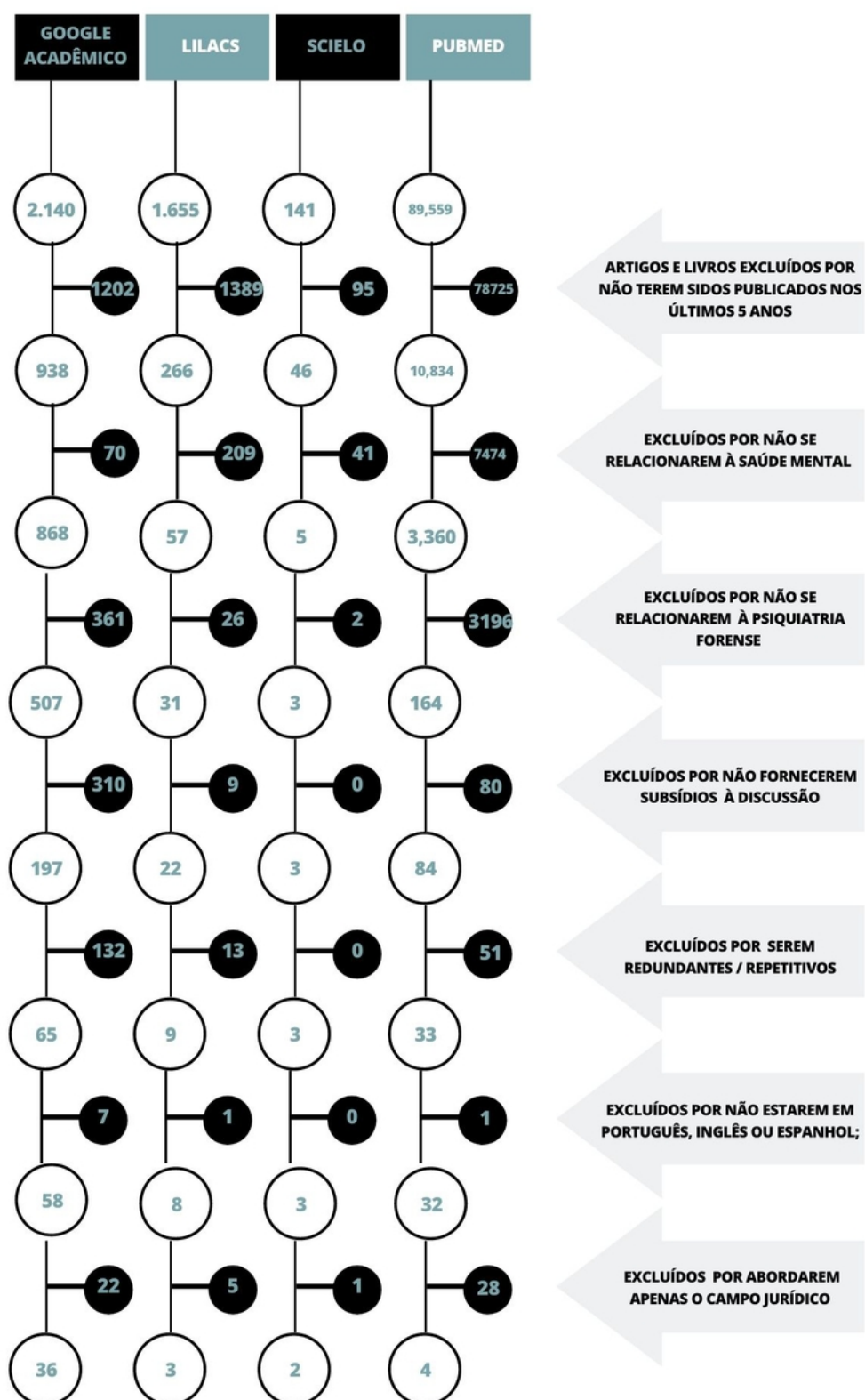
3 Resultados e Discussão

3.1 Resultados

Ao utilizar o descritor indexados pelo PUBMED tais como personality disorders e os demais descritores como transtorno de personalidade, imputabilidade, saúde mental e Psiquiatria forense, foram encontrados 2.140 artigos e livros no Google acadêmico, 1.655 no LILACS, 141 no SCIELO e 89.559 no PUBMED. Foram excluídos 81.411 por não terem sido publicados nos últimos 5 anos, 7.794 por não se relacionarem à saúde mental, 3.585 por não se relacionarem à Psiquiatria Forense, 399 por não fornecerem subsídios à discussão, 196 por serem redundantes e repetitivos, 9 por não estarem em português, inglês ou espanhol e 56 por abordarem apenas o campo jurídico.

Figura 1 – Fluxograma elaborado pela autora

Fluxograma que direcionou a escolha das referências



Após a seleção desses 45 artigos, foram realizadas buscas utilizando-se como

base essas referências, selecionando-se mais sete artigos. Foram acrescentados três livros-textos que são utilizados como “referências” na área da Psiquiatria. Ao final da seleção, utilizando os mesmos fatores de inclusão e exclusão do fluxograma, foram utilizados na construção do trabalho 43 artigos e seis livros de referência.

O nome do autor, ano de publicação, título e conteúdo de cada trabalho estão resumidos na tabela (Quadro 1) nos anexos.

Os 49 artigos selecionados foram divididos em três grandes temas:

- 1) Relevância da Psiquiatria Forense no fornecimento de subsídios para a Justiça.
- 2) Interface entre a Medicina e o Direito: considerações acerca da imputabilidade.
- 3) Transtornos de personalidade do grupo B e a criminalidade.

Foi possível observar que, dos artigos selecionados, treze abordam sobre Psiquiatria Forense, competências do psiquiatra forense e a importância do laudo pericial; 25 explicitam sobre os elementos da culpabilidade: potencial consciência da ilicitude, exigibilidade de conduta e imputabilidade, além de outros conceitos como semi-imputabilidade, inimputabilidade e sanções penais; e 35 artigos tratam acerca dos transtornos mentais e transtornos de personalidade.

Dos artigos utilizados, a maioria dos autores percebeu a relação da personalidade antissocial com a criminalidade (LAGOS; SCAPIN, 2017). Dados das penitenciárias mostram uma grande prevalência de detentos com essa perturbação do estado mental, (GABRIEL *et al.*, 2019; FREIRE, 2016) podendo ser identificada em 80% dos assassinos em série. E 75% da população presidiária pode apresentar aspectos comportamentais da personalidade antissocial (LAGOS; SCAPIN, 2017).

Na prática, em decorrência do grande número de indivíduos que cometem delitos e são condenados com privação de liberdade, acaba sendo inviável a avaliação psiquiátrica de todos os presidiários para verificação de sua saúde mental (GABRIEL *et al.*, 2019). No Brasil, o indivíduo com transtorno de personalidade antissocial é visto como um criminoso comum (BATISTA *et al.*, 2020) e sentenciado como imputável, o que ainda gera muita discussão. Muitos autores consideram como medida mais sensata a classificação dos portadores de transtorno de personalidade como sendo semi-imputáveis, uma vez que não apresentam a mesma culpabilidade de um indivíduo com o estado mental preservado (BATISTA *et al.*, 2020).

Conforme dito anteriormente, a Justiça brasileira estabelece duas possibilidades de sentenças aos indivíduos semi-imputáveis: medida de segurança ou pena (BRASIL, 1940). Ambas apresentam dificuldades para direcionar de forma adequada os portadores de transtorno de personalidade. Por essa razão, tanto o sistema penitenciário quanto a internação estabelecida pela medida de segurança se mostram insuficientes para punir ou ressocializar tais indivíduos (FREIRE, 2016).

Embora existam diversos estudos relacionando indivíduos antissociais com ações ilícitas, (LAGOS; SCAPIN, 2017) ainda há uma lacuna teórica a respeito dos outros transtornos de personalidade. De acordo com (GABRIEL *et al.*, 2019), cerca de 9 milhões de indivíduos estão encarcerados no mundo e aproximadamente metade dessas pessoas tem transtornos de personalidade. Com base nessa alta prevalência, direcionamos as buscas para investigar a relação dos transtornos de personalidade do grupo B com a criminalidade. O motivo desse direcionamento se deve ao fato de os transtornos *borderline*, histriônico e narcisista se reunirem no mesmo grupo da personalidade antissocial, de acordo com a classificação do DSM-V (DSM-V, 2014)

Com base nos artigos selecionados, foi observado que a questão de determinar a imputabilidade aos portadores de transtorno de personalidade é controversa, o que ressalta a importância de o psiquiatra forense oferecer subsídios ao juiz para auxiliá-lo nas decisões judiciais (ANDRADE, J.M.C.; FANTINI, L., 2018).

De acordo com (MUCCELIN, 2019), uma minoria dos autores considera portadores de transtornos de personalidade antissocial como inimputáveis. Segundo esses autores, a razão para isso seria o fato de tais portadores apresentarem atrofia absoluta e irreversível de seu sentido ético, de serem incapazes de internalizar regras e de não possuírem capacidade de compreender a ilicitude de sua conduta.

3.2 Discussão

3.2.1 Relevância da psiquiatria forense no fornecimento de subsídios para a justiça.

A Psiquiatria Forense é a articulação do discurso médico ao discurso jurídico, e essa aplicação dos conhecimentos psicológicos e psiquiátricos a serviço da Justiça foi se consolidando no Brasil ao longo do século XX (CALDAS; CASSOLI, 2018). Quando no âmbito jurídico há dúvidas acerca de diagnósticos e termos médicos, cabe ao juiz solicitar um perito, o psiquiatra forense, para auxiliá-lo no caso (ROCHA, 2018).

Com o objetivo de orientar a sentença judicial, o Código Penal Brasileiro agrupa em um mesmo artigo todas as formas de interferência da saúde mental: doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado e perturbação de saúde mental (BRASIL, 1940). Com base nisso, quando um infrator apresenta qualquer espécie de anomalia mental, o psiquiatra forense é solicitado a fornecer subsídios aos juízes, traduzindo de uma forma clara e objetiva o vocabulário médico, com intuito de ajudá-lo em sua deliberação (RIBEIRO, 2018; BRASIL, 1940).

O psiquiatra forense é o médico solicitado, durante um processo jurídico, para averiguar se determinada pessoa tem alguma patologia mental e, se presente, identificar se essa comorbidade interferiu na sua capacidade de julgar e decidir (ANDRADE, J.M.C.; FANTINI, L., 2018). Em outras palavras, o psiquiatra forense precisa esclarecer

ao juiz, de forma clara e objetiva, se o réu tem alguma doença mental e, caso tenha, qual é a repercussão de sua patologia na sua capacidade de entendimento e tomada de decisão (SILVA; GARCIA, 2019).

Para que o psiquiatra forense realize seu trabalho de forma eficiente, é fundamental que ele entenda a linguagem do Direito. Deve haver uma sintonia entre o ordenamento jurídico e a Medicina na hora de determinar a sentença do infrator. Portanto, o médico designado no caso deve fazer uma avaliação minuciosa das condições mentais do infrator e analisar as possíveis causas que o impulsionaram a praticar o ilícito. Esse diagnóstico mental pode ser atual ou prospectivo e vai depender do momento em que se vai determinar a responsabilidade penal do agente (SILVA; GARCIA, 2019; ANDRADE, J.M.C.; FANTINI, L., 2018).

Outro ponto a ser ressaltado é que o principal compromisso do psiquiatra forense é com a Psiquiatria, portanto seu objetivo não é julgar, mas sim analisar o nexo causal entre a condição psíquica do agente e a infração penal (SILVA; GARCIA, 2019). O psiquiatra forense tem que ser um médico capacitado e especializado para fazer essa conexão de forma adequada e responsável, uma vez que seus laudos periciais emitidos têm bastante influência nas decisões judiciais. Na prática, o psiquiatra forense possui atuação significativa na tomada de rumo dos apenados (SILVA; GARCIA, 2019; ABDALLA-FILHO; CHALUB; TELLES, 2015; PALOMBA, 2017).

Dada a importância do laudo emitido pelo psiquiatra forense, a respeito da saúde mental de um réu, vale a pena ressaltar que esse documento tem bastante influência nas decisões judiciais, uma vez que a maioria dos juízes tendem a emitir suas sentenças em conformidade com ele (ABDALLA-FILHO; CHALUB; TELLES, 2015; PALOMBA, 2017; RIBEIRO, 2018; SILVA; GARCIA, 2019).

3.2.2 Interface entre medicina e direito: considerações acerca da imputabilidade

O direito penal sustenta que a pena é uma consequência da reprovação de determinado delito e ainda uma forma de atribuir a culpa a um indivíduo, pela infração que ele cometeu. Ou seja, para se responsabilizar um agente pela infração se faz necessário que ele tenha agido livremente e com consciência de que o ato que cometeu é errado (MUCCELIN, 2019; DURAN; BORGES; GOUVEIA, 2017).

3.2.2.1 Culpabilidade

Para que uma pessoa responda penalmente por uma ação ou omissão ilícitas, é necessário que ela seja considerada culpada pela infração que cometeu.

A culpabilidade é composta por três elementos: a potencial consciência da ilicitude, a exigibilidade de conduta e a imputabilidade (Gabriela Eduarda Marques SILVA et al. (2020). A potencial consciência da ilicitude é a capacidade de diferenciar

o que é certo ou errado; a exigibilidade de conduta é o atributo que se pode exigir de um indivíduo de agir de forma lícita ao invés de praticar o injusto penal; e a imputabilidade é quando a pessoa infratora tem a capacidade de autodeterminação e entendimento preservada e por conta disso deve-se atribuir a ela a responsabilidade pelo ato criminoso praticado (SILVA; ONO; NASCIMENTO, 2020; BARBOSA, 2016; MUCCELIN, 2019).

3.2.2.1.1 *Potencial consciência da ilicitude*

A potencial consciência da ilicitude ocorre quando o autor sabe que está fazendo algo inadequado (ilícito), com perfeita noção sobre a reprovabilidade de sua conduta (SILVA; ONO; NASCIMENTO, 2020). Difere do erro de proibição, que se dá, quando alguém comete um delito sem o conhecimento de que sua ação era inadequada. Em suma, para que haja a culpabilidade, o mínimo que deve haver é a possibilidade de conhecimento, pelo infrator, da ilicitude do fato praticado. Quando o indivíduo não tem ou não lhe é possível esse conhecimento, ocorre erro de proibição (BIASI, 2019; BATISTA *et al.*, 2020; BRASIL, 1940).

O código penal não considera o desconhecimento da lei como erro de proibição, como pontua o artigo 21, parágrafo único do código penal: “O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço” (BATISTA *et al.*, 2020; BRASIL, 1940).

Diante de tais conceitos, constata-se que a pessoa só é considerada culpável quando, no momento da ação, sabia ou ao menos tinha a possibilidade de saber (por isso “potencial”) que estava praticando um delito. Porém, se a pessoa não sabia que sua conduta ou omissão era ilícita, ele não será culpabilizada com o mesmo rigor (SILVA; ONO; NASCIMENTO, 2020).

3.2.2.1.2 *Exigibilidade de conduta diversa*

A exigibilidade de conduta diversa é a possibilidade de uma pessoa tomar uma decisão e agir em concordância com o ordenamento jurídico (de maneira lícita) ao invés de praticar o injusto penal (fato típico e ilícito). E para que a exigibilidade de conduta diversa seja considerada, analisa-se o contexto em que o autor se encontrava ao praticar o delito, com o intuito principal de averiguar se era exigível que ele agisse de modo diferente (DURAN; BORGES; GOUVEIA, 2017; BRASIL, 1940).

Dois fatores excluem a exigibilidade de conduta diversa: a coação moral irresistível e a obediência hierárquica. A coação moral irresistível caracteriza-se pela ameaça que priva o autor de agir de outro modo na situação do delito. É indispensável que na ocasião haja um perigo sério ou difícil de suportar em que o coagido é obrigado a cometer o ato ilícito. De acordo com o artigo 22 do Código Penal, a obediência

hierárquica é a situação em que a prática de determinado crime ocorre em estrita obediência à ordem, porém, caso haja excesso na prática do delito, o autor poderá ser responsabilizado (DURAN; BORGES; GOUVEIA, 2017; SILVA; ONO; NASCIMENTO, 2020; BRASIL, 1940).

3.2.2.1.3 Imputabilidade

A imputabilidade é a capacidade de compreender o caráter lícito ou ilícito de um ato e de proceder de acordo com esse entendimento. Deve o autor ter condições mentais e físicas de compreender e se responsabilizar por atos criminosos (BARBOSA, 2016; BATISTA *et al.*, 2020; PALOMBA, 2017; XAVIER; MOREIRA, 2016).

3.2.2.2 Semi-imputabilidade

A semi-imputabilidade pode ser designada também como responsabilidade diminuída ou imputabilidade diminuída. Ela pode ser atribuída nos casos de perda de parte da capacidade de entendimento e autodeterminação, seja em decorrência de doença mental, seja de desenvolvimento incompleto ou retardado. (FREITAS; BARBOSA, 2019) A semi-imputabilidade não exclui a imputabilidade, apenas diminui a culpabilidade. Ao constatar a redução na capacidade de compreensão ou vontade, poderá o juiz reduzir a pena ou impor medida de segurança (BARBOSA *et al.*, 2020; BATISTA *et al.*, 2020; BARBOSA, 2016).

3.2.2.3 Inimputabilidade

A inimputabilidade se dá quando o autor de um delito não pode ser responsabilizado penalmente pelo ato cometido, por não ser capaz de compreender o caráter ilícito de sua ação nem de agir em conformidade com o que é certo (FREITAS; BARBOSA, 2019). Portanto, mesmo ao cometer um fato antijurídico, o agente inimputável não é culpável, uma vez que não possui capacidade mental de compreender a reprovabilidade de sua conduta (PASSOS, 2019). E se não pode ser responsabilizado por sua ação, não será passível de penalidade. São elementos da inimputabilidade: a doença mental, o desenvolvimento mental incompleto, o desenvolvimento mental retardado, a embriaguez completa ocasionada por caso fortuito ou força maior e a menoridade (BORGES., 2019; BATISTA *et al.*, 2020).

3.2.2.4 Sanções penais

Sanção é a consequência jurídica, seja ela punitiva ou preventiva, em decorrência da violação da lei. Existem duas formas de sanção penal: as penas e as medidas

de segurança. A pena tem um caráter retributivo-preventivo, com objetivo de readaptar o infrator à sociedade, já a medida de segurança possui caráter preventivo, analisando a periculosidade do autor do delito no sentido de inseri-lo novamente na sociedade, quando ele não apresentar perigo a si e aos outros (BARBOSA, 2016; FREIRE, 2016)

3.2.2.4.1 Sanções penais e os transtornos de personalidade.

Apesar das duas possibilidades de sanções, pena ou medida de segurança, ambas apresentam dificuldades e limitações quanto à aplicabilidade aos autores de infrações (FREIRE, 2016). Quando avaliada a sanidade mental, o infrator recebe uma pena retributiva como forma de reprovação pelo crime que cometeu, cujo objetivo é de reprovar e prevenir a ocorrência de novos crimes. No entanto, em decorrência das limitações do sistema penitenciário brasileiro, o portador de perturbação da saúde mental cuja pena seja a restrição de liberdade, ao ser segregado ao lado de detentos normais, em presídio comum, pode colocar em risco a vida dos demais, que então passam a ser expostos a manipulações ou crimes cometidos pelo portador do transtorno (BARBOSA, 2016; FREIRE, 2016).

O Brasil apresenta um sistema penitenciário deplorável, que não deveria receber pacientes com transtornos de personalidade, visto que o sistema carcerário está superlotado, apresenta falhas e não oferece a esses indivíduos uma prisão especial que lhes proporcione tratamento adequado (FREIRE, 2016; BARBOSA, 2016).

Em contrapartida, quando se aplica a medida de segurança a esses pacientes, essa sanção deve ser cumprida em regime ambulatorial ou de internação, conforme o caso. Sua durabilidade vai ser analisada pela periculosidade do autor e o seu potencial de cometer novos atos semelhantes. Logo, em muitos casos, pode ocorrer até mesmo a internação perpétua, já que a medida de segurança perdura até que tenha sido comprovada a cessação de sua periculosidade (CAMARGO *et al.*, 2018; FREIRE, 2016; BORGES., 2019).

Além de prever o tratamento terapêutico direcionado aos infratores considerados mentalmente incapazes, a medida de segurança tem como objetivo também a reinserção social desses indivíduos assim que for comprovado o fim da periculosidade. Porém, as instituições destinadas a esse fim, assim como as penitenciárias brasileiras, não estão capacitadas para receber tais pacientes, em decorrência do despreparo, do caráter estritamente fechado e da oferta de tratamento muitas vezes desumanos aos seus inimputáveis (CAMARGO *et al.*, 2018; FREIRE, 2016).

A partir dessas constatações, apresentamos, no presente trabalho, uma análise dos transtornos de personalidade e seu impacto na imputabilidade penal,. Com base na Medicina e no Direito, passamos a abordar, a seguir, com mais profundidade, os transtornos de personalidade do grupo B.

3.2.3 Transtornos de personalidade do grupo B e criminalidade.

Transtorno de personalidade pode ser definido como um conjunto de alterações na forma de pensar, agir e sentir, que se inicia na adolescência ou na fase adulta e acompanha o indivíduo ao longo de sua vida (MAZER; MACEDO; JURUENA, 2017; DSM-V, 2014). Essa forma desadaptativa de reagir frente às dificuldades e circunstâncias da vida pode ser responsável por prejuízo social e pessoal, uma vez que os portadores de transtornos de personalidade possuem um repertório limitado de emoções, pensamentos e condutas (BARLOW., 2019; MAZER; MACEDO; JURUENA, 2017; DSM-V, 2014).

A Psiquiatria Criminal não considera os transtornos de personalidade como doença mental, mas sim como perturbação do estado mental (DURAN; BORGES; GOUVEIA, 2017).

Pela dificuldade na realização do diagnóstico, é fundamental que o psiquiatra forense faça análise apurada do indivíduo envolvido em um delito, para que seja verificado se, em decorrência do transtorno de personalidade, ele teve sua capacidade de entendimento e autodeterminação afetada (LAGOS; SCAPIN, 2017; GABRIEL *et al.*, 2019; MUCCELIN, 2019). A constatação do transtorno torna esse indivíduo responsável por seus atos, porém com menor culpabilidade, por apresentar menor capacidade de discernimento ou de autoinibição ao impulso criminoso (OLIVEIRA, 2017; NASCIMENTO, 2017; DURAN; BORGES; GOUVEIA, 2017; MUCCELIN, 2019). Tal distúrbio se enquadra no parágrafo único do artigo 26 do Código Penal Brasileiro (OLIVEIRA, 2017; BRASIL, 1940), que prevê, para esses casos, redução da pena, de um a dois terços, ou medida de segurança (BRASIL, 1940).

De acordo com o DSM-V, há dez tipos de transtornos de personalidade, que são divididos em três grupos, de acordo com as semelhanças entre si. O grupo A é composto pelos transtornos de personalidade do tipo paranoide, esquizoide e esquizotípico, que são considerados indivíduos excêntricos e esquisitos. O grupo B constitui-se dos antissociais, histriônicos, narcisistas e borderlines, com estereótipos de indivíduos dramáticos, emotivos e erráticos. O grupo C é formado por personalidades evitativas, dependentes e obsessivo-compulsivas, que possuem um padrão ansioso e medroso (MAZER; MACEDO; JURUENA, 2017; DSM-V, 2014).

A seguir, abordaremos sobre os transtornos do grupo B e sua relação com a criminalidade.

3.2.3.1 Transtorno de personalidade antissocial.

Na literatura há bastante material correlacionando o transtorno de personalidade antissocial com a criminalidade, como, por exemplo, os estudos de DURAN *et al.*, 2017;

FREIRE, 2016; NASCIMENTO, 2017; BARBOSA et al., 2020; BATISTA et al., 2020; LAGOS e SCAPIN, 2017; MUCCELIN, 2019, entre outros utilizados como referência neste trabalho.

Os indivíduos antissociais são incapazes de se adequarem às regras sociais e não demonstram remorso ao cometerem um delito. São irresponsáveis, manipuladores e inaptos a realizar algum planejamento para o futuro (FORATO; BELUCO, 2019; SOARES; BONVICINI, 2017; MENDES *et al.*, 2020; SANTOS; RIBEIRO; LIMBERGER, 2020; HONORATO *et al.*, 2018). Apresentam um padrão de comportamento invasivo de desrespeito e violação dos direitos alheios (MENDES *et al.*, 2020). Seu diagnóstico só pode ser realizado em adultos, no qual ocorre através da avaliação de vários aspectos como, por exemplo, cognição, afetividade, funcionamento interpessoal e controle de impulsos pelo psiquiatra (FORATO; BELUCO, 2019).

Esse transtorno é causado por uma associação entre fatores biológicos e sociais, ou seja, uma associação entre fatores genéticos e o meio no qual o indivíduo está ou esteve inserido (FORATO; BELUCO, 2019), portanto, casos de estresse influenciam na saúde mental do indivíduo, sendo que os transtornos de personalidade borderline e antissocial são os tipos mais afetados (MAZER; MACEDO; JURUENA, 2017).

Do ponto de vista da Psicanálise, as pessoas com transtorno de personalidade antissocial possuem uma estrutura psíquica perversa, na qual há diversas nuances, e uma delas é a relação entre a perversão e a incapacidade de o portador do transtorno ser responsabilizado por seus atos (PISSINATE; SIRTOLI; COSTA, 2018).

Apesar de o diagnóstico dado aos pacientes de transtorno de personalidade antissocial ser o mesmo, dada a unicidade da estrutura psíquica da perversão, a forma pela qual ela se manifesta varia de pessoa para pessoa. Assim, é de extrema importância que a análise seja individual, ampla, com acurácia, observando com detalhes a história de vida do paciente e sem modelos padronizados, a fim de que o diagnóstico seja elaborado com a maior precisão possível, de modo a determinar a in(capacidade) de o portador da estrutura perversa entender os atos que pratica e de agir conforme essa noção pré-estabelecida (PISSINATE; SIRTOLI; COSTA, 2018; BATISTA *et al.*, 2020)

No campo judicial, o detento deve passar pela avaliação do psiquiatra forense para investigar se ele tem ou teve conhecimento da infração que cometeu, se tinha capacidade de entender o caráter ilícito de seu ato e determinar sua ação conforme sua consciência. A partir desse exame, é possível determinar se o indivíduo é considerado imputável, inimputável ou semi-imputável. (FORATO; BELUCO, 2019; BARREIRA, 2020)

O grande benefício do olhar psicanalítico sobre os pacientes com transtornos de personalidade que cometem um crime é o de avaliá-los individualmente, para que as sentenças judiciais não sejam passíveis de generalização. Nesse sentido, embora

considere o perverso como semi-imputável, a Psicanálise acredita que a medida de segurança seja a aplicação mais indicada e compatível com suas condições, com o objetivo de impedir novos delitos (PISSINATE; SIRTOLI; COSTA, 2018; BARBOSA, 2016).

Sem um tratamento precoce e adequado, portadores de transtorno de personalidade antissocial que já cometeram um ato infracional possuem uma forte tendência a cometer novos crimes. Para que isso não ocorra, é fundamental que esses pacientes passem por uma avaliação e acompanhamento com um psicólogo capacitado (FORATO; BELUCO, 2019). O tratamento é voltado para a psicoterapia e a farmacoterapia, sendo que a psicoterapia é considerada como de primeira linha. Já os fármacos são utilizados como sintomáticos e para tratar comorbidades. Ambos os tratamentos devem ser considerados a longo prazo e, para que se obtenha resultado minimamente satisfatório, é necessário que haja participação ativa e engajada do paciente (SADOCK; SADOCK; RUIZ, 2017; DSM-V, 2014; MAZER; MACEDO; JURUENA, 2017).

3.2.3.2 Transtorno de personalidade borderline.

Para alguns autores, a personalidade borderline apresenta um grau de instabilidade emocional muito elevado, interferindo na capacidade de autocontrole do indivíduo, já que essa personalidade apresenta acentuada impulsividade, além de padrões de relacionamentos interpessoais instáveis e intensos, caracterizados pela alternância entre extremos de idealização e desvalorização. Tal instabilidade afetiva, relacionada a um grau elevado de reatividade do humor, pode interferir na conduta da pessoa em dada circunstância. Portanto, essa raiva inadequada e intensa ou a dificuldade de controlá-la, de fato, pode interferir na sua capacidade de autodeterminação (SARMENTO *et al.*, 2020; MAFFINI, 2020; LEITE; CAMPOS, 2016; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2018).

Ao verificar esse grau acentuado de instabilidade, o perito deve averiguar se, no momento da ação, em decorrência do transtorno, o autor do delito teve sua capacidade de autocontrole prejudicada. Além disso, aquele profissional deve analisar se houve perturbação da identidade, raiva intensa de difícil controle, ideação paranoide transitória e relacionada ao estresse ou graves sintomas dissociativos. Constatado qualquer grau de perturbação da saúde mental no momento da infração, o perito deve registrar tal fato no laudo que será entregue ao juiz responsável pelo caso em questão (SARMENTO *et al.*, 2020; MAFFINI, 2020; LEITE; CAMPOS, 2016; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2018).

O tratamento deve ser voltado para a psicoterapia e os fármacos podem ser usados como adjuvantes ou para tratar comorbidades. Conforme a necessidade, pode haver indicação do uso de antipsicóticos, estabilizadores do humor, benzodiazepínicos e antidepressivos. A internação também pode ser indicada quando há risco de suicídio e autoagressividade, lembrando que o encaminhamento precoce para profissionais

da área da saúde pode trazer grandes benefícios (SADOCK; SADOCK; RUIZ, 2017; MAZER; MACEDO; JURUENA, 2017; DSM-V, 2014).

3.2.3.3 Transtorno de personalidade histriônico.

Os portadores de personalidade histriônica são indivíduos que se comportam de forma dramática e extrovertida. Possuem facilidade de fazer amizades e conhecer pessoas novas, porém apresentam dificuldades de manter essas relações. Buscam sempre por atenção, tendendo à dramatização das emoções (SILVA; GERSEN, 2019; LAURENTINO; ALVES; GUALBERTO, 2020; MAIA *et al.*, 2019)

A personalidade histriônica apresenta excessiva emotividade, que pode interferir em uma variedade de contextos. Devido a suas características de teatralidade e expressão emocional exagerada, a atuação do psiquiatra forense é de extrema importância ao averiguar se o portador do transtorno, ao cometer o delito, teve sua capacidade de autodeterminação e autoentendimento afetada. Se constatado qualquer grau de perturbação da saúde mental, ela deverá ser documentada (SILVA; GERSEN, 2019; LAURENTINO; ALVES; GUALBERTO, 2020; MAIA *et al.*, 2019).

A forma como o histriônico se apresenta e se porta durante o exame psíquico já levanta suspeitas para o diagnóstico. Constantemente, ele utiliza sua aparência física para chamar a atenção; sua interação com os outros frequentemente se caracteriza por um comportamento inadequado, sexualmente provocante ou sedutor, e seu discurso é excessivamente impressionista e carente de detalhes (SILVA; GERSEN, 2019; LAURENTINO; ALVES; GUALBERTO, 2020; MAIA *et al.*, 2019).

O tratamento é psicoterápico e não há hoje evidências de remissão com psicofármacos, contudo, estes podem ser usados como adjuvantes ou para tratar comorbidades. A abordagem farmacológica deve ser sintomática, conforme o quadro apresentado (ex: heteroagressividade – antipsicóticos; Síndrome depressiva- antidepressivos) (SADOCK; SADOCK; RUIZ, 2017; MAZER; MACEDO; JURUENA, 2017; DSM-V, 2014)

3.2.3.4 Transtorno de personalidade narcisista.

O perfil narcisista engloba as pessoas que possuem um sentimento grandioso de sua própria existência. Assim como no transtorno histriônico, essas pessoas buscam por atenção exacerbada e geralmente exploram suas relações para benefício próprio (MAFFINI; CASSEL, 2020). Ainda há uma lacuna teórica no que se refere à relação entre a personalidade narcisista e a criminalidade, havendo poucos estudos e dados que tratam sobre a temática.

Em comum com a personalidade antissocial, uma das principais características da personalidade narcisista que interessa ao Direito Penal é a falta de empatia. A ausência dessa característica é um ponto relevante que diferencia os portadores do

narcisismo das pessoas comuns (OLIVEIRA, 2017; LAGOS; SCAPIN, 2017; MAFFINI; CASSEL, 2020; DSM-V, 2014).

Outro aspecto similar entre a personalidade narcisista e a antissocial é que seus portadores são centrados em si mesmos, com expectativas irracionais de que devem ser tratados de forma especial. São indivíduos exploradores em suas relações pessoais, sendo capazes de tirar vantagens dos outros para atingir seus benefícios e desejos próprios (OLIVEIRA, 2017; DSM-V, 2014).

Em face da existência de condutas inadequadas e pensamentos distorcidos na personalidade narcisista, caso seu portador esteja envolvido em algum ato ilícito, as características de sua personalidade devem ser analisadas pelo médico capacitado, para averiguar o grau de interferência na sua saúde mental (LAURENTINO; ALVES; GUALBERTO, 2020; MAZER; MACEDO; JURUENA, 2017; BRASIL, 1940; GABRIEL *et al.*, 2019)

No transtorno de personalidade narcisista, a terapêutica é essencialmente psicoterápica. Diferentes modalidades podem ser utilizadas, mas as principais são: psicanálise, terapia interpessoal, terapia cognitiva, terapia cognitiva comportamental, treinamento de habilidade, terapia baseada na mentalização e terapia em grupo. Um plano terapêutico deve ser elaborado e reavaliado com o tempo, envolvendo o paciente e aqueles com quem se relaciona. A abordagem farmacológica deve ser sintomática, conforme o quadro apresentado (MAZER; MACEDO; JURUENA, 2017; SADOCK; SADOCK; RUIZ, 2017; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2018; DSM-V, 2014).

4 Conclusão

Esta monografia teve como objetivo explicar os transtornos de personalidade do grupo *B* relacionados ao estudo da imputabilidade, mediante revisão bibliográfica em torno de conceitos que comumente são examinados à luz de dois distintos ramos do saber: a Medicina e o Direito.

O interesse pelo tema decorreu da constatação da alta prevalência de pessoas portadoras de transtornos de personalidade, bem como da alta incidência de detentos que apresentam tais transtornos. Outra razão que despertou interesse pela temática foi o fato de que indivíduos portadores de transtornos de personalidade podem ter sua imputabilidade alterada, a depender da sua capacidade de entendimento e autodeterminação.

Foi observado, no presente trabalho, que a minoria dos autores considera os portadores de transtornos de personalidade como inimputáveis. A maioria considera mais sensato classificá-los como semi-imputáveis, pois, apesar de terem sua capacidade de discernimento preservada, não conseguem adequar sua conduta, uma vez que lhes faltam as capacidades de autodeterminação e autocontrole.

Do ponto de vista da Psicanálise, os portadores de transtorno de personalidade antissocial possuem uma estrutura perversa, razão pela qual a literatura mostrou ser relevante uma avaliação da história individual e das nuances do contexto sócio-histórico, com vistas a se estabelecer a relação entre a perversão e a incapacidade de o portador de tal transtorno ser responsabilizado por seus atos. E o grande benefício dessa visão psicanalítica na busca da mais justa sentença é fazer que ela seja particularizada com base na multifatorialidade da gênese do ato delituoso, em que cada caso é um caso, não sendo passível de generalização.

Do ponto de vista jurídico, caso o portador do transtorno de personalidade seja considerado imputável, são-lhe atribuídas culpa e responsabilidade por sua conduta ilícita, o que implica uma pena retributiva-punitiva. Se considerado inimputável, não é passível de culpa, devido à sua incapacidade de autoentendimento e autodeterminação. Já quando considerado semi-imputável, aplica-se uma medida de segurança ou pena com redução de sua durabilidade.

Por meio da análise das principais considerações acerca da imputabilidade penal, verificou-se que estudos adicionais ainda precisam ser realizados, uma vez que não há consenso sobre o tema, tornando extremamente desafiadora para a Justiça, a Psiquiatria e a sociedade a emissão de sentenças aos infratores desse grupo, com a aplicação das medidas correcionais adequadas a cada caso.

Diante de tal contexto, é possível depreender que o trabalho dos psiquiatras forenses é de extrema importância, uma vez que a emissão de laudos periciais, caracterizada pelo pronunciamento técnico acerca dos infratores com transtornos de

personalidade, repercute, de maneira significativa, nas suas trajetórias de vida, pelo fato de oferecer ao Poder Judiciário subsídios para a tomada de decisão quanto às diversas possibilidades de sentenças.

Referências

- ABDALLA-FILHO, E.; CHALUB, M.; TELLES, L. E. de B. *Psiquiatria forense de Taborda*. In: ARTMED (Ed.). **Psiquiatria forense de Taborda**. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2015. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=YBMICwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=psiquiatria+forense+taborda&ots=BYDc8RVdsJ&sig=_mq7WzMLDcSp57rdBIXgWRnEEVs#v=onepage&q=psiquiatria%20forense%20taborda&f=false.
- ANDRADE, J.M.C.; FANTINI, L. Considerações gerais a respeito de perícias no âmbito da psiquiatria forense. **Cadernos Técnicos de Saúde da FASEH**, FASEH, Junho 2018. ISSN 2525-3336. Disponível em: http://sistemaaula.faseh.edu.br/cadernos_tecnicos/index.php/revista/article/viewFile/380/449. Acesso em: 06/10/2020.
- BARBOSA, I. R. M. **Serial killers: inimputáveis ou semi-imputáveis à luz do artigo 26 do código penal?** 2016. 58 p. Monografia (Direito) — Faculdade ASCES. Disponível em: <http://200-98-146-54.cloudeduol.com.br/bitstream/123456789/260/1/SERIAL%20KILLERS%20-%20INIMPUT%20c3%81VEIS%20OU%20SEMI-IMPUT%20c3%81VEIS%20c3%80%20LUZ%20DO%20ARTIGO%2026%20DO%20C%20c3%93DIGO%20PENAL.pdf>. Acesso em: 06/10/2020.
- BARBOSA, V. *et al.* Responsabilidade Penal do psicopata sob a óptica do ordenamento jurídico brasileiro. **Rev.Bras.de Direito e Gestão Pública**, 2020. ISSN 2358-2405. Disponível em: <https://www.editoraverde.org/gvaa.com.br/revista/index.php/RDGP/article/view/7907/7478>. Acesso em: 06/10/2020.
- BARLOW., D. H. **Manual Clínico dos Transtornos Psicológicos**: Tratamento Passo a Passo. Artmed Editora, 2019. ISBN 9788536319698. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=MUA_DQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA393&dq=transtornos+de+personalidade+borderline&ots=wrXkO1ucE1&sig=hLlusg_jA7X8H22LPDM5Y_nA_wA#v=onepage&q=transtornos%20de%20personalidade%20borderline&f=false. Acesso em: 20/10/2020.
- BARREIRA, A. B. M. Psicopatas à luz do código penal brasileiro. 2020. Disponível em: <http://oabbuzios.org.br/artigos/artigo-bia.pdf>. Acesso em: 18/10/2020.
- BATISTA, D. A. *et al.* A responsabilidade penal do psicopata à luz do direito brasileiro: Imputabilidade ou inímitabilidade? **Rev.Bras.de Direito e Gestão Pública**, 2020. ISSN 2358-2150. Disponível em: <https://editoraverde.org/gvaa.com.br/revista/index.php/RDGP/article/view/7897>. Acesso em: 06/10/2020.
- BIASI, J. R. Erro de proibição como excludente da culpabilidade no Direito Tributário. **Revista FESDT**, 2019. Disponível em: <https://www.fesdt.org.br/web2012/revistas/11/artigos/6.pdf>.
- BORGES., C. M. **Uma análise da psicopatia como perturbação da saúde mental: semi-imputabilidade e medidas de segurança**. 2019. Monografia (Direito) — Centro Universitário de Lavras. Disponível em: <http://189.3.77.149/bitstream/123456789/407/1/TCC%20Carolina%20Machado.pdf>. Acesso em: 13/10.
- BRASIL. Código Penal Brasileiro. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 06/10/2020.

- CALDAS, R. S.; CASSOLI, T. Contribuições dos saberes médicos e criminológicos na emergência da psicologia jurídica brasileira. **Revista do departamento de ciências humanas**, UNISC, Santa Cruz do Sul, 2018. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/13253>. Acesso em: 10/10/2020.
- CAMARGO, M. D. *et al.* Inconstitucionalidade da manutenção das medidas de segurança. In: **6º Simpósio de Sustentabilidade e Contemporaneidade nas Ciências Sociais**. [s.n.], 2018. ISSN 2318-0633. Disponível em: <https://www.fag.edu.br/upload/contemporaneidade/anais/5b451d8434068.pdf>. Acesso em: 06/10/2020.
- DSM-V. **Manual diagnóstico estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. 5°. ed. [S.l.], 2014. Disponível em: <http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>. Acesso em: 06/10/2020.
- DURAN, R. dos S.; BORGES, S. A. R. P.; GOUVEIA, W. C. A questão da imputabilidade do psicopata no Direito Penal. FAGU, Dezembro 2017. ISSN 2317-1308. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20180511142519.pdf. Acesso em: 06/10/2020.
- FORATO, M. M.; BELUCO, A. R. O transtorno de personalidade antissocial e sua relação com a reincidência criminal. **Revista UNINGÁ**, 2019. ISSN 2318-0579. Disponível em: <http://revista.uninga.br/index.php/uninga/article/view/327/1875>. Acesso em: 07/10/2020.
- FREIRE, I. B. **A ineficácia punitiva do Estado em face do psicopata: pena privativa de liberdade x medida de segurança**. 2016. 31 p. Monografia (Direito) — Instituto Brasiliense de Direito Público. Disponível em: https://repositorio.idp.edu.br/bitstream/123456789/2076/1/Artigo_Indiara%20Batista%20Freire.pdf. Acesso em: 06/10/2020.
- FREITAS, I. A.; BARBOSA, P. O. A relação entre a psicopatologia e a imputabilidade penal: até que ponto o agente poderá ser responsabilizado penalmente? **Revista Projeção, Direito e Sociedade**, 2019. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/view/1498>. Acesso em: 09/10/2020.
- GABRIEL, A. C. G. *et al.* Caos: o atual cenário da saúde prisional no Brasil. **RESU, Revista Educação em Saúde**, v. 7, 2019. ISSN 2358-9868. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/234552456.pdf>. Acesso em: 06/10/2020.
- GOMES, C. F. M. *et al.* Transtornos mentais comuns em estudantes universitários. **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, SMAD, Janeiro-Fevereiro 2020. ISSN 1806-6976. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/smad/article/view/166992/159547>. Acesso em: 06/10/2020.
- HONORATO, T. G. *et al.* O transtorno da personalidade antissocial no cinema brasileiro. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, 2018. ISSN 1982-0208. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0047-20852018000300143&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 06/10/2020.

LAGOS, A. da S.; SCAPIN, A. L. Transtorno de personalidade antissocial e serial killers: uma revisão da produção acadêmica. **Revista UNINGÁ**, Julho- setembro 2017. ISSN 2318-0579. Disponível em: <http://revista.uninga.br/index.php/uninga/article/view/1409/1024>. Acesso em: 06/10/2020.

LAURENTINO, A. L. A.; ALVES, J. S.; GUALBERTO, K. L. C. Uma análise jurídica acerca dos transtornos de personalidade. **Brazilian Journal of Development**, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/5851>. Acesso em: 07/10/2020.

LEITE, L. de H.; CAMPOS, E. de M. Investigações brasileiras sobre o transtorno de personalidade borderline: uma revisão integrativa. **Revista de medicina da UFC**, 2016. Disponível em: <http://www.revistademedicina.ufc.br/ojs/index.php/revistademedicinaufc/article/view/48>.

MAFFINI, G. Modos esquemáticos nos Transtornos de Personalidade Borderline -abordagens em Terapia do Esquema. **Research, Society and Development**, 2020. ISSN 2525-3409. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6467/5992>. Acesso em: 13/10/2020.

MAFFINI, G.; CASSEL, P. A. A Terapia dos Esquemas e os objetivos do tratamento para o Transtorno de Personalidade Narcisista. **Research, Society and Development**, 2020. Disponível em: <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8006/7103>. Acesso em: 18/10/2020.

MAIA, C. S. *et al.* Transtorno de personalidade histriônica: diagnóstico e terapêutica. **Seminário Científico e Cultural da AJES- Faculdade do Norte de Mato Grosso**, 2019. Disponível em: http://eventos.ajes.edu.br/seminario-cientifico-e-cultural-da-ajes/uploads/arquivos/5e628e313a853_TRANSTORNO-DE-PERSONALIDADE-HISTRINICA.pdf. Acesso em: 20/10/2020.

MAZER, A. K.; MACEDO, B. B. D.; JURUENA, M. F. Personality disorders. **Medicina (Ribeirão Preto, Online)**, Janeiro-Fevereiro 2017. ISSN 2176-7262. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/127542/124636>.

MENDES, D. M. *et al.* Instrumentos de avaliação dos transtornos de personalidade anti-social. *Realize*, 2020. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/congrefip/2017/TRABALHO_EV069_MD1_SA2_ID418_13042017165612.pdf. Acesso em: 20/10/2020.

MITJAVILA, M. R.; MATHES, P. G. Doença mental e periculosidade criminal na psiquiatria contemporânea: estratégias discursivas e modelos etiológicos. **Revista de Saúde Coletiva**, Physis, Rio de Janeiro, 2012. ISSN 1377-1395. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/physis/2012.v22n4/1377-1395/pt>. Acesso em: 06/10/2020.

MUCCELIN, V. V. **A periculosidade utilizada como pressuposto legal na manutenção do agente com transtornos de personalidade antissocial nas instituições penais brasileira**. 2019. 73 p. Monografia (Direito) — Universidade do Sul de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/8664/TCC%20-%20Victoria%20Valentini%20Muccelin..pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06/10/2020.

- MURCHO, N.; PACHECO, E.; JESUS, S. N. de. Transtornos mentais comuns nos Cuidados de Saúde Primários: Um estudo de revisão. **Revista portuguesa de enfermagem de saúde mental**, p. 30 – 36, junho 2016. ISSN 1647-2160. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1647-21602016000100005. Acesso em: 06/10/2020.
- NASCIMENTO, E. P. B. *et al.* Avaliação neuropsicológica forense nos casos de abuso sexual infantil. **Portal dos Psicólogos**, FACHO, 2019. ISSN 1646-6977.
- NASCIMENTO, Y. G. **Psicopatia, culpabilidade e individualização da pena: A problemática do enquadramento dos psicopatas na fase de execução penal**. 2017. 93 p. Monografia (Direito) — FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ, Recife. Disponível em: <https://www.faculadadedamas.edu.br/revistafd/index.php/academico/article/view/492/435>. Acesso em: 06/10/2020.
- OLIVEIRA, B. P.; ALMEIDA, M. P. P. M. de. Manual de farmacologia psiquiátrica de Kaplan & Sadock - 6.ed. **Psicologia-Tubarão**, 2018. Disponível em: https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/5113/Artigo_Cient%20adficico.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13/10/2020.
- OLIVEIRA, G. C. de. **Análise do transtorno de personalidade antissocial à luz da legislação penal brasileira**. 2017. 55 p. Monografia (Direito) — Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/14471/1/GILBERL%20NIO%20CAMPOS%20DE%20OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 07/10/2020.
- PALOMBA, G. A. Perícia na psiquiatria forense. In: SA, S. E. (Ed.). **Perícia na psiquiatria forense**. [s.n.], 2017. cap. 1-2. ISBN 8502629727. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=cD9nDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=assistente+tecnico+e+perito+psiquiatria&ots=zuumViV1cH&sig=IG0D_I40TJg0SNP6CmvvJ66B6OY#v=onepage&q=assistente%20tecnico%20e%20perito%20psiquiatria&f=false. Acesso em: 06/10/2020.
- PASSOS, B. B. **A imputabilidade penal do serial killer portador do transtorno de personalidade psicopática**. 2019. 61 p. Monografia (Direito) — Faculdade de direito de Vitória. Disponível em: <http://191.252.194.60:8080/bitstream/fdv/733/1/Monografia%20-%20Bruna%20Barroso%20Passos.pdf>. Acesso em: 18/10/2020.
- PISSINATE, M. L.; SIRTOLI, F. L.; COSTA, M. S. A. Psicopatia e a imputabilidade penal sob o viés da psicanálise. **Revista Científica Espaço Acadêmico**, 2018. Disponível em: <https://multivix.edu.br/pesquisa-e-extensao/revista-cientifica-espaco-academico/revista-cientifica-espaco-academico-volume-08-numero-01-2018/>. Acesso em: 29/10/2020.
- RIBEIRO, E. F. de J.; SÉRGIO SARDINHA, L.; LEMOS, V. de A. Psicopatia, Transtornos de personalidade e medida de segurança: Um olhar do psicólogo forense. **Diálogos Interdisciplinares**, BRAZCUBAS, 2019. ISSN 2317-3793. Disponível em: <https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/797/805>. Acesso em: 06/10/2020.
- RIBEIRO, F. L. **A psiquiatria forense e o instituto psiquiátrico forense do Rio Grande do Sul perspectivas a partir do movimento antimanicomial no**

Brasil. 2018. 56 p. Monografia (Direito) — UNIJUI – UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/5643/Fernanda%20Lencina%20Ribeiro.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14/10/2010.

ROCHA, J. C. G. dos S. **Cena do crime: um estudo sobre a perícia criminal e sua atuação no estado do Paraíba.** 2018. 65 p. Monografia (Direito) — Universidade Federal de Campina Grande. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/15630/JOICE%20CARMELITA%20GON%20c3%87ALVES%20DOS%20SANTOS%20ROCHA%20%20-%20TCC%20DIREITO%202018.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11/10/2020.

SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A.; RUIZ, P. **Kaplan e Sadock - Compêndio de Psiquiatria: Ciência do Comportamento e Psiquiatria Clínica.** 11. ed. ARTMED, 2017. Disponível em: <https://oitavaturmadepsicofm.files.wordpress.com/2019/03/compecc82ndio-de-psiquiatria-kaplan-e-sadock-2017.pdf>. Acesso em: 06/10/2020.

SANTOS, H. F. F.; RIBEIRO, S. R.; LIMBERGER, J. A. O transtorno de personalidade antissocial à luz da abordagem psicodinâmica. **Revista Eletrônica Interdisciplinar Barra do Garças-MT**, Brasil, v. 12, n. 1, 2020. ISSN 1984-431. Disponível em: <http://revista.sear.com.br/rei/article/view/49>. Acesso em: 20/10/2020.

SARMENTO, L. A. *et al.* Fatores psicológicos relacionados ao cometimento do crime: Problemas psíquicos como propulsores da criminalidade. **Revista Brasileira de Direito e Gestão Pública**, 2020. ISSN 2358-2105. Disponível em: <https://www.editoraverde.org/gvaa.com.br/revista/index.php/RDGP/article/view/7868>. Acesso em: 13/10/2020.

SILVA, G. E. M.; ONO, I. G.; NASCIMENTO, J. G. A importância da culpabilidade no direito penal: Uma análise comparativa entre o direito penal português e o brasileiro. 2020. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/8638/67649969><http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/8638/67649969>. Acesso em: 06/10/2020.

SILVA, M. L. R. L.; GERSEN, D. O psicopata e suas características no crime de homicídio. 2019. Disponível em: <http://ri.ucs.br:8080/jspui/bitstream/prefix/571/1/TCCMARIASILVA.pdf>. Acesso em: 18/10/2020.

SILVA, T. C.; GARCIA, P. R. de S. O papel e a importância do psiquiatra forense no diagnóstico das psicopatologias no processo penal e execução penal. **FIBRA Lex**, Revista de Direito, 2019. ISSN 2525-460X. Disponível em: <http://www.periodicos.fibrapara.edu.br/index.php/fibralex/article/view/64/86>. Acesso em: 06/10/2020.

SOARES, V. M. da S.; BONVICINI, C. R. Transtorno de personalidade antissocial. **Revista Psicologia e Saúde em Debate**, 2017. ISSN 2446-922. Disponível em: <http://www.psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/216>. Acesso em: 18/10/2020.

XAVIER, T. M.; MOREIRA, G. R. M. A interface entre psiquiatria e o direito. **ETIC - ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**, 2016. ISSN 21-76-8498. Disponível em:

<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/5113/4680>. Acesso em: 06/10/2020.

Anexos

Tabela 1 – Quadro 1 – Resumo das referências utilizadas na construção do trabalho

Autor	Ano de publicação	Título	Conteúdo
1. ABDALLA-FILHO, E et al.	2015	Psiquiatria forense de Taborda, 3ªEd.	Psiquiatria forense; Abordagem da medicina forense e lei; Perícias criminais; Implicações forenses de alguns transtornos mentais; Transtorno de personalidade relacionado a criminalidade; Competência do psiquiatra forense; Transtornos mentais que afetam a imputabilidade.

Autor	Ano de publicação	Título	Conteúdo
2. ANDRADE, J.M.C.; FANTINI, L.	2018	Considerações gerais a respeito de perícias no âmbito da psiquiatria forense.	Psiquiatria forense; Abordagem dos transtornos mentais no âmbito jurídico; Categorias de perícias na psiquiatria forense; Definição de capacidade de entendimento e autodeterminação; Código de Ética Médica e a perícia.
3. BARBOSA, I.R.M.	2016	Serial killers: inimputáveis ou semi-imputáveis à luz do artigo 26 do código penal?	Origem e o conceito do crime relacionando com a psicologia; Principais características e motivações dos criminosos; Distinção acerca da Imputabilidade, Inimputabilidade e Semi-Imputabilidade no Sistema Jurídico Brasileiro; Distinção da medida de segurança e pena.

Autor	Ano de publicação	Título	Conteúdo
4. BARBOSA, V. et al.	2020	Responsabilidade Penal do psicopata sob a óptica do ordenamento jurídico brasileiro.	Transtorno de personalidade antissocial; Conceito de crime, culpabilidade, imputabilidade, semi-imputabilidade e inimputabilidade; Relação do Art. 26 do Código Penal com a psicopatia; Ineficácia da aplicação penal ao psicopata; Casos de psicopatas mais famosos ocorridos no Brasil.
5. BARLOW, F.H.	2019	Manual Clínico dos Transtornos Psicológicos: Tratamento Passo a Passo.	Transtornos de personalidade; Transtorno de personalidade borderline.
6. BATISTA, D.A. et al.	2020	A responsabilidade penal do psicopata à luz do direito brasileiro: imputabilidade ou inimputabilidade?	Psicopatia no campo jurídico; Casos envolvendo psicopatas no Brasil; Culpabilidade no direito penal brasileiro; Elementos da culpabilidade: Imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa; Conceitos de imputabilidade e inimputabilidade.

Autor	Ano de publicação	Título	Conteúdo
7. BARREIRA, A.B.M.	2020	Psicopatas à luz do código penal brasileiro.	Psiquiatria forense: interface entre medicina e o direito; Transtorno de personalidade antissocial; Psicopatia; Método de identificação do psicopata; Culpabilidade, imputabilidade, semi-imputabilidade e inimputabilidade; Sanções penais: medida de segurança e pena.
8. BIASI, J.R.	2019	Erro de proibição como excludente da culpabilidade no Direito Tributário.	O pressuposto da culpabilidade na aplicação de sanções tributárias; Culpabilidade e o erro de proibição.
9. BORGES, C.M.	2019	Uma análise da psicopatia como perturbação da saúde mental: semi-imputabilidade e medidas de segurança.	Transtornos de personalidade; Transtorno de personalidade antissocial; Culpabilidade e responsabilidade penal; Imputabilidade, semi-imputabilidade e inimputabilidade.

Autor	Ano de publicação	Título	Conteúdo
10. BRASIL	1940	Código Penal Brasileiro	Artigo 22; Artigo 26; Artigo 27; Imputabilidade, semi-imputabilidade, inimputabilidade.
11. CALDAS, R.S.; CASSOLI, T.	2018	Contribuições dos saberes médicos e criminológicos na emergência da psicologia jurídica brasileira.	Psicologia forense; Psicologia jurídica brasileira e suas articulações junto a saberes como a psiquiatria e a criminologia.
12. CAMARGO, M.D.A. et al	2018	Inconstitucionalidade da manutenção das medidas de segurança.	A inconstitucionalidade da medida de segurança; Diferenciação de constitucionalidade e inconstitucionalidade; Diferença entre medida de segurança e pena; Legitimidade do tratamento.

Autor	Ano de publicação	Título	Conteúdo
13. DSM- V	2014	Manual diagnóstico estatístico de transtornos mentais, 5ª Ed. (DSM-V).	Definição dos transtornos de personalidade, prevalência, quadro clínico, classificação, diagnóstico e tratamento; Abordagem completa dos transtornos mentais.
14. DURAN, R. dos S. et al.	2017	A questão da imputabilidade do psicopata no Direito Penal.	Análise da responsabilidade de criminosos diagnosticados com psicopatia; Culpabilidade, imputabilidade, semi-imputabilidade e inimputabilidade; Transtornos mentais e transtornos de personalidade relacionados a prática de delitos; Divergência sobre a responsabilidade do indivíduo; Efeitos jurídicos da pena em relação à reincidência, liberdade condicional e redução; Debate acerca do conflito entre ressocialização e à segurança social, mostrando os impactos na sociedade.

Autor	Ano de publicação	Título	Conteúdo
15. FORATO, M.M.; BELUCO, A.R.	2019	O transtorno de personalidade antissocial e sua relação com a reincidência criminal.	Transtorno de personalidade e a reincidência criminal; Conceito, características e formas de manifestação do transtorno de personalidade antissocial; Teoria cognitiva comportamental.
16. FREIRE, I.B.	2016	A ineficácia punitiva do Estado em face do psicopata: pena privativa de liberdade x medida de segurança.	Insuficiência punitiva do estado frente aos psicopatas; Vantagens e desvantagens da aplicabilidade da pena privativa de liberdade em um comparativo com a medida de segurança; Possibilidades de sanções estabelecidas aos indivíduos semi-imputáveis; Dificuldades do sistema de saúde e penitenciário de punir/ressocializar tais indivíduos.

Autor	Ano de publicação	Título	Conteúdo
17. FREITAS, I.A.; BARSBOSA, P.O.	2019	A relação entre psicopatologia e a imputabilidade penal: Até que ponto o agente poderá ser responsabilizado penalmente?	Transtornos de personalidade; Transtorno de personalidade antissocial e a criminalidade; Culpabilidade e responsabilidade penal; Imputabilidade, semi-imputabilidade e inimputabilidade.
18. GABRIEL, A.C.G. et al.	2019	Caos: o atual cenário da saúde prisional no Brasil.	Abordagem do cenário das prisões brasileiras; Objetivos do sistema carcerário; Consequências da precariedade do sistema prisional; Categorização das principais doenças que acometem a população carcerária no Brasil; Adoção de medidas preventivas e punitivas.

Autor	Ano de publicação	Título	Conteúdo
19. GOMES, C.F.M et al.	2020	Transtornos mentais comuns em universitário: abordagem epidemiológica sobre vulnerabilidade.	Prevalência e abordagem dos transtornos mentais comuns em estudantes de uma instituição de Ensino Superior.
20. HONORATO, T.G. et al.	2018	O transtorno da personalidade antissocial no cinema brasileiro.	Transtornos de personalidade antissocial no cinema nacional; Aspectos dos filmes e personagens capazes de representar o diagnóstico de personalidade antissocial com clareza; Potencialidade do material como base didático-pedagógica.
21. LAGOS, A.D; SCAPIN, A.L.	2017	Transtorno de personalidade antissocial e serial killers; uma revisão da produção acadêmica.	Transtorno de Personalidade Antissocial e a criminalidade; Dados de prevalência correlacionando essa perturbação do estado mental com detentos

Autor	Ano de publicação	Título	Conteúdo
22. LAURENTINO, A.L.A.; ALVES, J.S.; GUALBERTO, K.L.C.	2020.	Uma análise jurídica acerca dos transtornos de personalidade.	Transtornos de personalidade e sua relação com o crime.
23. LEITE, L de H.; CAMPOS, E. de M.	2016	Investigações brasileiras sobre o transtorno de personalidade borderline: uma revisão integrativa.	Transtornos de personalidade borderline; Transtornos mentais e tipos de crime em detentos em uma prisão brasileira.
24. MAFFINI, G.	2020	Modos esquemáticos nos transtornos de personalidade borderline - abordagens em terapia do esquema.	Tratamento para pacientes com Transtorno de Personalidade Borderline; Terapia dos Esquemas têm apresentado efetividade no tratamento psicológico para o Transtorno de Personalidade Borderline; Níveis cognitivos e emocionais da pessoa com este transtorno.

Autor	Ano de publicação	Título	Conteúdo
25. MAFFINI, G.; CASSEL, P.A.	2020	A terapia dos esquemas e os objetivos do tratamento para o transtorno de personalidade narcisista.	Objetivos do tratamento da Terapia dos Esquemas (TE) para pacientes com Transtorno de personalidade Narcisista; Transtorno de personalidade narcisista.
26. MAIA, C.S et al.	2019	Transtorno de personalidade histriônica: diagnóstico e terapêutica.	Quadro de Transtorno de Personalidade Histriônica; Caso clínico com padrões que se repetem nesse transtorno; Terapêutica e os caminhos que se abrem ao profissional da saúde no tratamento de pacientes acometidos por esse transtorno;
27. MAZER, A.K. MACEDO, B.B.D; JURUENA, M.F.	2017	Transtornos da personalidade.	História, prevalência, etiologia, fatores de risco, critérios diagnósticos, comorbidades e tratamento dos transtornos de personalidade.

Autor	Ano de publicação	Título	Conteúdo
28. MENDES, D.M. et al.	2020	Instrumentos de avaliação dos transtornos de personalidade anti-social.	Transtorno de personalidade antissocial.
29. MITJAVILA, M.R.; MATHES, P.G	2012	Doença mental e periculosidade criminal na psiquiatria contemporânea: estratégias discursivas e modelos etiológicos.	Análise de algumas dimensões socioculturais do campo semântico e dos modos de estruturação dos discursos da psiquiatria forense em torno da periculosidade criminal e de suas conexões com a saúde mental; Sedimentos históricos da noção de periculosidade criminal na psiquiatria; Doença mental e periculosidade criminal; O acting out como estigma da periculosidade criminal.

Autor	Ano de publicação	Título	Conteúdo
30. MUCCELIN, V.V.	2019	A periculosidade utilizada como pressuposto legal na manutenção do agente com transtornos de personalidade antissocial nas instituições penais brasileiras.	Estuda a utilização da periculosidade como pressuposto legal na manutenção do agente com transtorno de personalidade antissocial nas instituições penais brasileiras; Responsabilidade penal do indivíduo com transtorno de personalidade antissocial; Conceito e teorias do crime; Elementos da culpabilidade, definição de imputabilidade, semi-imputabilidade e inimputabilidade; Sanções penais: medida de segurança e pena.

Autor	Ano de publicação	Título	Conteúdo
31. MURCHO, N.; PACHECO, E.; JESUS, S.N.	2016	Transtornos mentais comuns nos Cuidados de Saúde Primários: Um estudo de revisão. Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental	Transtornos mentais comuns relacionados aos cuidados de saúde primária.
32. NASCIMENTO, E.P.B et al.	2019	Avaliação neuropsicológica forense nos casos de abuso sexual infantil.	Abuso sexual infantil relacionado a traumas, marcas físicas e psicológicas deixados na vítima.
33. NASCIMENTO, Y.G.	2017	Psicopatia, culpabilidade e individualização da pena:	Transtornos de personalidade; Transtorno de personalidade antissocial; A execução da pena com relação aos psicopatas; Culpabilidade e sua relação com a personalidade antissocial; Imputabilidade, semi-imputabilidade e inimputabilidade.

Autor	Ano de publicação	Título	Conteúdo
34. OLIVEIRA, B.P.; ALMEIDA, M.P.P.M.de.	2018	Manual de farmacologia psiquiátrica de Kaplan & Sadock.	Tratamento farmacológico dos transtornos mentais. Transtornos de personalidade.
35. OLIVEIRA, G.C.D.	2017	Análise do transtorno de personalidade antissocial à luz da legislação penal brasileira.	Tratamento farmacológico dos transtornos mentais; Transtornos de personalidade; Transtornos de personalidade antissocial e sua relação com o direito penal; Culpabilidade, imputabilidade, semi-imputabilidade e inimputabilidade;
36. PALOMBA, G.A.	2017	Perícia na psiquiatria forense	Perito e assistente técnico; Laudos e pareceres; Imputabilidade Penal; Medida de segurança; Periculosidade criminal e social; Classificação dos criminosos; Principais transtornos mentais e a implicação forense; História da psiquiatria forense

Autor	Ano de publicação	Título	Conteúdo
37.PASSO, B.B.	2019	A imputabilidade penal do serial killer portador do transtorno de personalidade psicopática.	Psiquiatria forense; Culpabilidade, responsabilidade penal, imputabilidade, semi-imputabilidade e inimputabilidade; Transtornos de personalidade; Transtorno de personalidade antissocial.
38. PISSINATE, M.L er al.	2018	Psicopatia e a imputabilidade penal sob o viés da psicanálise.	Transtorno de personalidade antissocial e a criminalidade, correlacionando com a imputabilidade penal. Conceitos de imputabilidade, semi-imputabilidade e inimputabilidade. Fatores e situações que podem levar a prática de crimes. Transtorno de personalidade antissocial, sob o viés da psicanálise. Estrutura perversa, intrínseca na personalidade antissocial, cuja conduta interfere no convívio social.

Autor	Ano de publicação	Título	Conteúdo
39. RIBEIRO, E.F de J. et al	2019	Psicopatia, Transtornos de personalidade e medida de segurança: Um olhar do psicólogo forense.	Psicologia forense; Transtornos de personalidade; Imputabilidade, semi-imputabilidade e inimputabilidade; Sanção penal: medida de segurança e pena.
40. RIBEIRO, F.L.	2018	A psiquiatria forense e o instituto psiquiátrico forense do Rio Grande do Sul perspectivas a partir do movimento antimanicomial no Brasil	Psiquiatria forense; Doença mental relacionada a campo judicial brasileiro; Luta antimanicomial no brasil.
41. ROCHA, J.C.G.D.S.	2018	Cena do crime: um estudo sobre a perícia criminal e sua atuação no estado do Paraíba.	Psiquiatria forense: Abordagem do direito e a medicina; Perícia e a criminalidade.
42. SADOCK, B.J.; SADOCK,V.A; RUIZ, P.	2017	Kaplan e Sadock- Compêndio de Psiquiatria: Ciência do comportamento e Psiquiatria Clínica.	Transtornos mentais, diagnóstico e tratamento; Definição de transtornos de personalidade, características, diagnóstico e tratamento.

Autor	Ano de publicação	Título	Conteúdo
43. SANTOS, H.F.F.; RIBEIRO, S.R.; LIMBERGER, J.A.	2020	O transtorno de personalidade antissocial à luz da abordagem psicodinâmica.	Transtornos de personalidade, focando na personalidade antissocial.
44. SARMENTO, L.A. et al.	2020	Fatores psicológicos relacionados ao cometimento do crime: Problemas psíquicos como propulsores da criminalidade.	transtornos de personalidade; Transtornos relacionados a criminalidade; Imputabilidade, semi-imputabilidade e inimputabilidade.
45. SILVA, G.E.M.; ONO, I.G.; NASCIMENTO, J.G.A.	2020	A importância da culpabilidade no direito penal: Uma análise comparativa entre o direito penal português e o brasileiro.	Elementos da culpabilidade; potencial consciência da ilicitude; exigibilidade de conduta diversa e imputabilidade; Semi-imputabilidade e inimputabilidade.
46. SILVA, M.L.R.L.; GERSEN, D.	2019	O psicopata e suas características no crime de homicídio.	Transtornos de personalidade; Transtornos de personalidade antissocial e sua relação com crime de homicídios; Culpabilidade, responsabilidade penal, imputabilidade, semi-imputabilidade e inimputabilidade.

Autor	Ano de publicação	Título	Conteúdo
47. SILVA, T.C; GARCIA, P.R.S	2019	O papel e a importância do psiquiatra forense no diagnóstico das psicopatologias no processo penal e execução penal.	Fundamentos da pena face à crise que assola o sistema penal brasileiro e a busca de um novocaminho para a reinserção do condenado.
48. SOARES, V.M. da S.; BONVICINI, C.R.	2017	Transtorno de personalidade antissocial.	Transtorno de personalidade antissocial diagnóstico e tratamento.
49. XAVIER, T.M.; MOREIRA, G.R.M	2016	A interface entre medicina e direito.	Psiquiatria forense; Transtornos mentais; Conceitos de imputabilidade, semi-imputabilidade e inimputabilidade; Causas que afetam a saúde mental.

Tabela elaborada pela autora

Tabela 2 – Quadro 2 – Tabela com cada critério diagnóstico dos transtornos de personalidade do grupo B, de acordo com o DSM-V.

TRANSTORNOS DA PERSONALIDADE DO GRUPO B	
CRITÉRIOS DIAGNÓSTICOS	
TRANSTORNO DA PERSONALIDADE ANTISSOCIAL	
<p>A. Um padrão difuso de desconsideração e violação dos direitos das outras pessoas que ocorre desde os 15 anos de idade, conforme indicado por três (ou mais) dos seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Fracasso em ajustar-se às normas sociais relativas a comportamentos legais, conforme indicado pela repetição de atos que constituem motivos de detenção.2. Tendência à falsidade, conforme indicado por mentiras repetidas, uso de nomes falsos ou de trapaça para ganho ou prazer pessoal.3. Impulsividade ou fracasso em fazer planos para o futuro.4. Irritabilidade e agressividade, conforme indicado por repetidas lutas corporais ou agressões físicas.5. Descaso pela segurança de si ou de outros.6. Irresponsabilidade reiterada, conforme indicado por falha repetida em manter uma conduta consistente no trabalho ou honrar obrigações financeiras.7. Ausência de remorso, conforme indicado pela indiferença ou racionalização em relação a ter ferido, maltratado ou roubado outras pessoas. <p>B. O indivíduo tem no mínimo 18 anos de idade.</p> <p>C. Há evidências de transtorno da conduta com surgimento anterior aos 15 anos de idade.</p> <p>D. A ocorrência de comportamento antissocial não se dá exclusivamente durante o curso de esquizofrenia ou transtorno bipolar.</p>	

TRANSTORNOS DA PERSONALIDADE DO GRUPO B

CRITÉRIOS DIAGNÓSTICOS

301.7
F60.2

TRANSTORNO DA PERSONALIDADE ANTISSOCIAL

A. Um padrão difuso de desconsideração e violação dos direitos das outras pessoas que ocorre desde os 15 anos de idade, conforme indicado por três (ou mais) dos seguintes:

1. Fracasso em ajustar-se às normas sociais relativas a comportamentos legais, conforme indicado pela repetição de atos que constituem motivos de detenção.
2. Tendência à falsidade, conforme indicado por mentiras repetidas, uso de nomes falsos ou de trapaça para ganho ou prazer pessoal.
3. Impulsividade ou fracasso em fazer planos para o futuro.
4. Irritabilidade e agressividade, conforme indicado por repetidas lutas corporais ou agressões físicas.
5. Descaso pela segurança de si ou de outros.
6. Irresponsabilidade reiterada, conforme indicado por falha repetida em manter uma conduta consistente no trabalho ou honrar obrigações financeiras.
7. Ausência de remorso, conforme indicado pela indiferença ou racionalização em relação a ter ferido, maltratado ou roubado outras pessoas.

B. O indivíduo tem no mínimo 18 anos de idade.

C. Há evidências de transtorno da conduta com surgimento anterior aos 15 anos de idade.

D. A ocorrência de comportamento antissocial não se dá exclusivamente durante o curso de esquizofrenia ou transtorno bipolar.

TRANSTORNOS DA PERSONALIDADE DO GRUPO B

CRITÉRIOS DIAGNÓSTICOS

301.83
F60.3

TRANSTORNO DA PERSONALIDADE BORDERLINE

Um padrão difuso de instabilidade das relações interpessoais, da autoimagem e dos afetos e de impulsividade acentuada que surge no início da vida adulta e está presente em vários contextos, conforme indicado por cinco (ou mais) dos seguintes:

1. Esforços desesperados para evitar abandono real ou imaginado. (Nota: Não incluir comportamento suicida ou de automutilação coberto pelo Critério 5.)
2. Um padrão de relacionamentos interpessoais instáveis e intensos caracterizado pela alternância entre extremos de idealização e desvalorização.
3. Perturbação da identidade: instabilidade acentuada e persistente da autoimagem ou da percepção de si mesmo.
4. Impulsividade em pelo menos duas áreas potencialmente autodestrutivas (p. ex., gastos, sexo, abuso de substância, direção irresponsável, compulsão alimentar). (Nota: Não incluir comportamento suicida ou de automutilação coberto pelo Critério 5.)
5. Recorrência de comportamento, gestos ou ameaças suicidas ou de comportamento automutilante.
6. Instabilidade afetiva devida a uma acentuada reatividade de humor (p. ex., disforia episódica, irritabilidade ou ansiedade intensa com duração geralmente de poucas horas e apenas raramente de mais de alguns dias).
7. Sentimentos crônicos de vazio.
8. Raiva intensa e inapropriada ou dificuldade em controlá-la (p. ex., mostras frequentes de irritação, raiva constante, brigas físicas recorrentes).
9. Ideação paranoide transitória associada a estresse ou sintomas dissociativos intensos.

TRANSTORNOS DA PERSONALIDADE DO GRUPO B

CRITÉRIOS DIAGNÓSTICOS

301.7
(F60.2)

TRANSTORNO DA PERSONALIDADE ANTISSOCIAL

A. Um padrão difuso de desconsideração e violação dos direitos das outras pessoas que ocorre desde os 15 anos de idade, conforme indicado por três (ou mais) dos seguintes:

1. Fracasso em ajustar-se às normas sociais relativas a comportamentos legais, conforme indicado pela repetição de atos que constituem motivos de detenção.
2. Tendência à falsidade, conforme indicado por mentiras repetidas, uso de nomes falsos ou de trapaça para ganho ou prazer pessoal.
3. Impulsividade ou fracasso em fazer planos para o futuro.
4. Irritabilidade e agressividade, conforme indicado por repetidas lutas corporais ou agressões físicas.
5. Descaso pela segurança de si ou de outros.
6. Irresponsabilidade reiterada, conforme indicado por falha repetida em manter uma conduta consistente no trabalho ou honrar obrigações financeiras.
7. Ausência de remorso, conforme indicado pela indiferença ou racionalização em relação a ter ferido, maltratado ou roubado outras pessoas.

B. O indivíduo tem no mínimo 18 anos de idade.

C. Há evidências de transtorno da conduta com surgimento anterior aos 15 anos de idade.

D. A ocorrência de comportamento antissocial não se dá exclusivamente durante o curso de esquizofrenia ou transtorno bipolar.

TRANSTORNOS DA PERSONALIDADE DO GRUPO B

CRITÉRIOS DIAGNÓSTICOS

301.50
(F60.1)

TRANSTORNO DA PERSONALIDADE HISTRIÔNICA

Um padrão difuso de emocionalidade e busca de atenção em excesso que surge no início da vida adulta e está presente em vários contextos, conforme indicado por cinco (ou mais) dos seguintes:

1. Desconforto em situações em que não é o centro das atenções.
2. A interação com os outros é frequentemente caracterizada por comportamento sexualmente sedutor inadequado ou provocativo.
3. Exibe mudanças rápidas e expressão superficial das emoções.
4. Usa reiteradamente a aparência física para atrair a atenção para si.
5. Tem um estilo de discurso que é excessivamente impressionista e carente de detalhes.
6. Mostra autodramatização, teatralidade e expressão exagerada das emoções.
7. É sugestionável (i.e., facilmente influenciado pelos outros ou pelas circunstâncias).
8. Considera as relações pessoais mais íntimas do que na realidade são.

TRANSTORNOS DA PERSONALIDADE DO GRUPO B

CRITÉRIOS DIAGNÓSTICOS

301.7
(F60.2)

TRANSTORNO DA PERSONALIDADE ANTISSOCIAL

A. Um padrão difuso de desconsideração e violação dos direitos das outras pessoas que ocorre desde os 15 anos de idade, conforme indicado por três (ou mais) dos seguintes:

1. Fracasso em ajustar-se às normas sociais relativas a comportamentos legais, conforme indicado pela repetição de atos que constituem motivos de detenção.
2. Tendência à falsidade, conforme indicado por mentiras repetidas, uso de nomes falsos ou de trapaça para ganho ou prazer pessoal.
3. Impulsividade ou fracasso em fazer planos para o futuro.
4. Irritabilidade e agressividade, conforme indicado por repetidas lutas corporais ou agressões físicas.
5. Descaso pela segurança de si ou de outros.
6. Irresponsabilidade reiterada, conforme indicado por falha repetida em manter uma conduta consistente no trabalho ou honrar obrigações financeiras.
7. Ausência de remorso, conforme indicado pela indiferença ou racionalização em relação a ter ferido, maltratado ou roubado outras pessoas.

B. O indivíduo tem no mínimo 18 anos de idade.

C. Há evidências de transtorno da conduta com surgimento anterior aos 15 anos de idade.

D. A ocorrência de comportamento antissocial não se dá exclusivamente durante o curso de esquizofrenia ou transtorno bipolar.

TRANSTORNOS DA PERSONALIDADE DO GRUPO B

CRITÉRIOS DIAGNÓSTICOS

301.81
(F60.31)

TRANSTORNO DA PERSONALIDADE NARCISISTA

falta de empatia que surge no início da vida adulta e está presente em vários contextos, conforme indicado por cinco (ou mais) dos seguintes:

1. Tem uma sensação grandiosa da própria importância (p. ex., exagera conquistas e talentos, espera ser reconhecido como superior sem que tenha as conquistas correspondentes).
2. É preocupado com fantasias de sucesso ilimitado, poder, brilho, beleza ou amor ideal.
3. Acredita ser "especial" e único e que pode ser somente compreendido por, ou associado a, outras pessoas (ou instituições) especiais ou com condição elevada.
4. Demanda admiração excessiva.
5. Apresenta um sentimento de possuir direitos (i.e., expectativas irracionais de tratamento especialmente favorável ou que estejam automaticamente de acordo com as próprias expectativas).
6. É explorador em relações interpessoais (i.e., tira vantagem de outros para atingir os próprios fins).
7. Carece de empatia: reluta em reconhecer ou identificar-se com os sentimentos e as necessidades dos outros.
8. É frequentemente invejoso em relação aos outros ou acredita que os outros o invejam.
9. Demonstra comportamentos ou atitudes arrogantes e insolentes.